

**Frankenstein e o capitalismo do final do Longo Século XX:
Um estudo sobre as razões da devastação ambiental, da precarização do trabalhador,
guerras e outras turbulências da economia global***

Mario Marcos Sampaio Rodarte*

Sérgio Sebastião Resende Del Pozo♦

Gabriela Deniz Campos Froes♥

André Augusto Ribeiro da Silva^

Resumo

Este trabalho busca investigar as causas da turbulência da economia global no contexto atual. Discute-se aqui que capitalismo ocidental, na perspectiva neomarxiana de Giovanni Arrighi, pelo seu poder destrutivo, entre outros pontos, assemelha-se, de forma metafórica, à criatura de Frankenstein. Por fim, o texto pontua que os elementos de turbulência podem, eventualmente, ser contidos pelo aumento do protagonismo da China, que contém uma dinâmica econômica distinta.

Palavras-chave: Sistemas mundo; capitalismo estadunidense; crise hegemônica; China.

Área temática: 3. História econômica, do pensamento econômico e demografia histórica

* Trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG.

* Doutor em Demografia e mestre em Economia pelo Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor da FACE/UFMG e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica do Cedeplar/UFMG. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br.

♦ Mestre em Direito pela Universidade de Copenhague, graduado em Direito pela UFMG, e do programa de graduação em Ciências Econômicas da FACE/UFMG. E-mail: sergiosrdelpozo@gmail.com.

♥ Do programa de graduação de Ciências Econômicas da FACE/UFMG.

^ Do programa de graduação de Ciências Econômicas da FACE/UFMG.

“(…) a sociedade burguesa moderna que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode mais controlar os poderes infernais que invocou (...) A sociedade vê-se subitamente reconduzida a um estado de barbárie momentânea, como se a fome ou uma guerra de extermínio houvesse lhe cortado todos os meios de subsistência (...) E de que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande parte das forças produtivas; de outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las” (Marx; Engels, 2005 [1848]: 45).

“O modelo capitalista hoje é isso: é tomar dinheiro emprestado para promover guerras híbridas e eventualmente quentes contra, digamos, uma insurreição planetária. É isso o que deu o capitalismo na sua fase definitiva. Se a gente pode lembrar que imperialismo é a fase definitiva do capitalismo? Não, o imperialismo baseado em dívida, sem regra nenhuma e utilizando um cassino geoeconômico para desestabilizar, para impor literalmente o império do caos em todo o planeta rebelde praticamente, esse é o sistema que a gente está vivendo hoje” (Escobar, 2024).

I. Introdução

Não faz muito tempo, o otimismo econômico quase delirante quanto às promessas da globalização – tão incisivo ao ponto de se conjecturar o fim da História, em alguns meios intelectuais – foi cedendo espaço a análises mais sóbrias e por vezes sombrias quanto ao futuro da humanidade, considerando-o incerto, em decorrência dos crescentes conflitos entre países, a aparente incapacidade de se reverter a degradação ambiental, além de outras questões mais antigas como a desigualdade, a fome e miséria renitentes em várias partes do globo.

Este trabalho busca investigar as razões primeiras do momento de turbulência em que se vive atualmente. Por mais óbvia que seja sua resposta, uma pergunta deve ser colocada aqui: tais reveses que a humanidade enfrenta são incidentais e a combinação com que se apresentam um produto de mera coincidência? Ou alternativamente, são resultados esperados de um determinado tipo de economia atualmente em voga?

O ano de 1818 deve ser lembrado por ter sido o de publicação da primeira edição da obra “Frankenstein” de Mary Shelley, na Londres cinzenta, que vivia a primeira Revolução Industrial. Entre outros pontos, entende-se aqui que o caráter assassino e suicida da criatura possa ser utilizado como elemento de metáfora do sistema econômico que Karl Marx, nascido no mesmo ano, contribuiu decisivamente para a sua compreensão. Seu modelo de interpretação inspirou a teoria de sistema mundo, ao lado da perspectiva de capitalismo histórico de Fernand Braudel, da *École des Annales*. Particularmente se destaca aqui a perspectiva de sistema mundo de Giovanni Arrighi.

Além dessas notas introdutórias, este texto encontra-se subdividido em mais quatro itens. O item dois, seguinte, traça breves considerações sobre a obra-prima de Mary

Shelley, cuja personagem principal é utilizada como metáfora do capitalismo. O terceiro item procura conceituar capitalismo e particularmente, o capitalismo do século XX na perspectiva arrighiana na sua fase de turbulência. O quarto item, mais ensaístico, procura traçar possibilidades de mitigação ou mesmo eliminação dos aspectos de turbulência que afligem a humanidade. Adianta-se aqui que a ascensão da China e do chamado “Sul Global” podem ser elementos favoráveis para que essa reversão ocorra. O texto conclui com algumas considerações finais, onde se procura traçar agenda de pesquisa.

II. Mary Shelley, uma autora contemporânea à formação do capitalismo

Sabe-se, a princípio, que contexto socioeconômico e literatura se entrecruzam, de modo que se pode recorrer a esta para pensar em como a sociedade se constitui em cada momento da história. Sendo assim, neste texto, parte-se do entendimento de que a literatura possui uma capacidade única de evocar as relações de poder e dominação entre grupos sociais, de captar as percepções das desigualdades tal como são sentidas por uns e outros, além de fornecer testemunhos preciosos de regimes desigualitários muito diversos (Piketty, 2014).

A obra “Frankenstein ou O Prometeu Moderno” foi publicada em 1818, por Mary Wollstonecraft Shelley. É possível dizer que a autora desde sempre foi atravessada pela literatura, já que seus pais, William Godwin e Mary Wollstonecraft, eram dois intelectuais ingleses importantes do século XIX. Em torno de 1814, a escritora conheceu Percy Shelley, um dos mais importantes poetas do romantismo inglês, com quem se casaria pouco tempo depois.

Sabe-se que o século XIX - durante o qual Mary Shelley viveu sua primeira metade e produziu sua literatura - é tido como o século do progresso, um momento em que o Ocidente assiste a profundas transformações sociais, culturais e tecnológicas e torna-se o palco de uma nova sociedade, ou seja, a capitalista. Há a delineação de um novo panorama social, em que o sujeito está inserido em um espaço que prometia inovação e crescimento.

“Foi principalmente nesse momento que, levadas por um sentimento desenvolvimentista que a todos unia, as cidades europeias transformaram o seu ritmo - antes orientado pelo sino dos mosteiros e agora controlado com impessoal rigidez pelo relógio -, que disciplinava o tempo do trabalho nas fábricas, as trocas da guarda e dos turnos, a programação dos espetáculos, enfim, as atividades inerentes à sociedade que se estabelecia.” (MATTOS, 2009: 98)

A profunda confiança no homem é uma característica intrínseca ao século XIX, em que se recorria ao progresso como substituto da fé divina. Um exemplo disso é o fato de, como afirma Heloisa Barbuy em seu livro “A exposição Universal de 1889 em Paris”, as exposições universais do século XIX terem como referência uma concepção dogmática do mundo, sob resguardo do progresso (1999: 40): “O homem das épocas clássicas, das Luzes, do progresso industrial, isto é, o homem ocidental do século XVIII ao início do século XX,

estava certo da permanência e da superioridade de sua cultura.” (Barbuy, 1999: 38)

Nesse sentido, o novo sistema de produção que, nesse período, engendra-se na sociedade europeia, atuou também como elemento de difusão de ideias e crenças pertinentes ao imaginário burguês, que se tornam uma importante ferramenta de divulgação do simulacro da realização e do bem-estar que o capitalismo, em tese, propunha-se a oferecer (Mattos, 2009). O sujeito imbuído desse *zeitgeist* encontrava-se em um sentimento confiante e otimista em função das novas e inéditas possibilidades que se apresentavam. No campo da Ciência, por exemplo, tal qual Victor Frankenstein, personagem de Mary Shelley (2015 [1818]), à época acreditava-se ser possível o descobrimento do princípio da vida, ou, a inversão do caminho natural, da vida à morte.

Parte da escola Romântica reúne célebres autores que, de alguma maneira, fizeram um contraponto em relação a temas encravados ao século XIX, como o Positivismo, o Cientificismo e o Racionalismo. Mary Shelley, vivendo numa sociedade que se transformava rapidamente, retrata, em sua obra, estar diante de um problema: em face de uma ciência que não cessa de desvendar a natureza, qual é o limite? Uma leitura atenta do texto, bem como de análises literárias do próprio Romantismo permite a compreensão de que “Frankenstein”, em última instância, pode levar a uma reflexão da seguinte ordem: o quão longe é longe demais? Até onde pode ir o orgulhoso e pretensioso sujeito que se quer criador, o homem altivo e empreendedor que, com suas ousadias e descobertas, sente-se senhor do seu próprio destino e até mesmo do destino da humanidade?

Mary Shelley demonstra profunda desconfiança em relação às vantagens apregoadas pelo mundo trazido pela modernidade, marcado por rápidas transformações, mas também por grandes incertezas. Em “Frankenstein”, nota-se uma postura pessimista em relação à sociedade que se consolidava na Europa do século XIX: a autora se mostra bastante cética em relação às promessas de progresso que apontam para uma utopia em que o homem poderia realizar qualquer coisa, caso utilizasse a razão (Silva, 2018).

Na obra, o jovem Victor Frankenstein, na universidade, almeja obter êxito em experimento inusitado: gerar vida a partir de matéria inanimada. Para ele, o mundo era um enigma a ser desvendado, assim como as leis ocultas da natureza, em consonância com o que se afirmou sobre um discurso bastante comum ao século XIX. Após incontáveis noites cometendo os atos profanos de visitar e violar túmulos a fim de estudar e coletar material para sua pesquisa, o médico, enfim, cumpriu seu desejo e construiu uma criatura viva a partir de diversas peças de matéria morta.

Nesse momento da narrativa, em que a criatura abre seus olhos desconcertados, não restam dúvidas de que Frankenstein percebe, de fato, ter ido longe demais: com medo da criatura horrenda que fora capaz de criar, retira-se do local, afasta-se e a abandona na expectativa de não ter de vê-la novamente. No entanto, isso não foi possível, pois ela se levanta e vaga à solta, aprende a ler e a falar e recai em melancolia e solidão quando percebe que todos à sua volta a discriminam profundamente em função de sua aparência

monstruosa. Seu objetivo, então, passa a ser vingar-se de seu criador. Ao descobrir que a família do médico vivia em Genebra, viaja ao local e assassina seu irmão mais jovem. No decorrer da narrativa, também são mortos o seu melhor amigo e a sua noiva. Ao fim, com a morte de Vitor, a criatura decide dar cabo de sua própria vida. Assim, pode-se dizer que o homem que almejava tudo criar, desencadeou processos que resultaram, em última instância, na sua própria derrocada.

III. A perspectiva marxiana de surgimento do capitalismo

Não é novidade na literatura econômica fazer paralelos entre o sistema econômico e um sistema vivo. Coube à fisiocracia, particularmente na contribuição do médico François Quesnay, o entendimento de que a circulação de riqueza era análoga à circulação sanguínea de um organismo vivo. Segundo essa perspectiva, compreender os fluxos econômicos possibilitaria aos estudiosos, que passaram a se autodenominar economistas, interferir de forma mais assertiva, para fazer crescer este organismo, ou seja, a soma de riquezas produzidas de um país ou região.

A metáfora da economia como um ser biológico é apagada com o deslocamento do centro da produção científica econômica dos fisiocratas na França para a Escola escocesa dos clássicos, tendo em Adam Smith e Ricardo os principais expoentes, embora a economia continuasse a ser pensada de forma sistêmica e autônoma às outras esferas de atuação humana.

Mais tarde, embora de forma crítica, Marx aceitou algumas formulações teóricas clássicas. Contudo, se diferenciando de Adam Smith, o capitalismo na perspectiva marxiana não poderia nascer, crescer e se desenvolver gradualmente, a partir do zero. Fosse estabelecer a metáfora de um organismo vivo, o capitalismo passaria a existir já na fase adulta, uma vez que o modo de funcionamento desse sistema não permitiria operar em pequena escala.

Ponto de partida para compreensão disso é a distinção que se faz de sociedade com mercado e sociedade capitalista. Uma sociedade com mercado poderia ser, hipoteticamente, uma aldeia de pequenos produtores independentes, que, de tempos em tempos, vão à feira ou ao mercado local para trocar seus produtos, para atender suas necessidades.

Logo no início do *Capital*, no terceiro capítulo, sobre o dinheiro, Marx fala de um hipotético tecelão de linho “de velha cepa”, que vai ao mercado vender seu produto e, com o dinheiro da venda, adquire uma Bíblia:

“O linho, para ele apenas uma mercadoria, portador de valor, é alienado por ouro, sua figura de valor; e dessa figura volta a ser alienado por outra mercadoria, a Bíblia, que, porém, como objeto de uso, deve ir para a casa do tecelão e lá satisfazer às necessidades de edificação” (Marx, 1986 [1867]: 228)

A expressão marxiana, para este caso, seria:

Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria

M – D – M

“Segundo seu conteúdo material, o movimento é M – M, troca de mercadoria por mercadoria, metabolismo do trabalho social, em cujo resultado o próprio processo se extingue” (Marx, 1986 [1867]: 229)

Expandida essa lógica para toda uma sociedade, a sua produção teria, como fim único, a satisfação das necessidades dos integrantes, e diga-se, a partir de Adam Smith, da melhor forma possível, aceita-se a premissa que o mercado propiciaria aumento da produtividade¹.

Não seria incorreto afirmar que o modelo smithiano propõe os mesmos objetivos aristotélicos que deveriam ser alcançados com as famílias autárquicas, bem geridas pelas Oikonomia de Xenofonte, e com demais demandas satisfeitas pela política, numa ágora ateniense. A diferença seria apenas a substituição da administração das atividades econômicas pelos chefes de família pelas sinalizações dos preços em mercados cada vez mais amplos e produções igualmente crescentes. Esse objetivo final da economia, seja, de satisfação material das necessidades humanas estaria posto por Adam Smith quando ele trata do mercado e do dinheiro:

“Quem compra nem sempre pretende revender; muitas vezes sua intenção é usar ou consumir o que comprou, ao passo que quem vende sempre pretende comprar novamente. O que compra muitas vezes já completou com isso seu negócio, ao passo que o que vende, com essa operação, nunca chega a fazer mais do que a metade do negócio, que pretendia fazer. Se as pessoas procuram dinheiro, não é por causa do dinheiro em si mesmo, mas por causa daquilo que com ele se pode comprar. (Smith, 1985 [1776]: 366, grifo nosso)

Nessa perspectiva, seria ilógico que um produtor, como o tecelão citado por Marx, voltasse do mercado não com bens variados para sua subsistência e trabalho, mas sim com dinheiro, não eventualmente, mas de forma reiterada. O absurdo da acumulação sistemática de dinheiro seria evidente, para o autor, já que “riqueza não consiste no dinheiro, nem ouro e prata, mas [...] naquilo que o dinheiro compra.” (Smith, 1985 [1776]: 365)

Seria possível a criação de um sistema econômico que visasse esse comportamento, na perspectiva smithiana, absurdo de acumulação financeira? A desumanização evidente quando a atividade humana passa desse propósito de atendimento de necessidades para um outro pode trazer consequências desastrosas, nas palavras do protagonista Vitor Frankenstein:

“Se o estudo [ou trabalho] a que se entrega tende a enfraquecer seus afetos e a destruir seus gostos por aqueles prazeres simples que não se deveriam deixar contaminar, nesse caso tal estudo [ou trabalho] é decerto injustificado, ou seja, impróprio à mente humana. Se esta regra fosse sempre observada, se nenhum homem jamais permitisse que, seja qual for o projeto, a tranquilidade de suas

¹ A existência do mercado liberaria os produtores de serem auto-suficientes. A divisão do trabalho daí decorrente (permitindo existir tecelão, tipógrafo, agricultor, etc.) garantiria aumento de produtividade, maximizando a produção e o alcance do maior nível de satisfação.

relações domésticas se veja afetada, a Grécia não teria mantido escravos, César teria poupado seu país, a América teria sido descoberta de forma mais gradual; e os impérios do México e do Peru não teriam sido destruídos.” (Shelley, 2015 [1818]: 84)

Tal como Vitor Frankenstein ousou cruzar o limite do imponderável ao inverter a ordem natural entre vida e morte nos seus experimentos e gerar um monstro indescritivelmente pavoroso, em determinado momento, a humanidade inverteu a lógica do sistema econômico, criando o capitalismo, cuja expressão marxiana passava a ser:

Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro expandido

D – M – D’

Evidentemente, o objetivo deste sistema não é o atendimento de necessidades e sim...

“significa simplesmente que, para investidores capitalistas, a compra de mercadorias é estritamente instrumental para o aumento do valor monetário de seu patrimônio de D para D’. Na verdade, se e quando as circunstâncias criam oportunidades mais lucrativas no sistema de crédito do que no comércio e na produção de mercadorias, a transformação de dinheiro em mercadorias pode ser inteiramente omitida (como na forma abreviada do capital de Marx, D-D’)” (Arrighi, 2008: 87)

Volta-se aqui ao ponto inicial desse item da razão pela qual o capitalismo não poderia surgir pequeno. Tal fato se deve à própria lógica de funcionamento do capitalismo, enquanto modo de produção, que tem um ciclo produtivo que se inicia com um agente capitalista, dotado de dinheiro, adquirindo meios de produção em mercados de trabalho, de capital e demais meios de produção para elaborar o produto a ser vendido, ou seja, a fase D – M. Dessa forma, o capitalista iniciaria um ciclo produtivo lidando com mercados amplos de terra, de trabalho, de insumos e de capitais. O trabalho empregado sobre os demais meio de produção geraria uma nova mercadoria acrescida de valor adicional, o que constitui a segunda fase do ciclo produtivo, M – D’.

Para que o capitalismo pudesse principiar a existir nas dimensões necessárias, tal como a criatura do Vitor Frankenstein, que foi formado por partes de cadáveres, foi necessária uma concentração e acumulação de riquezas oriundas de modos de produção extintos, fenômeno observado originalmente na Inglaterra:

“A nova sociedade tinha de nutrir-se da crise e decadência da ordem antiga” (DOBB, 1977, 224)

Tal assunto foi tratado no capítulo 24 do livro 1 do Capital, quando Marx apresenta os vários fenômenos que constituíram a “Acumulação Primitiva de Capital”. Na perspectiva de Maurice Dobb, a acumulação primitiva aconteceria em dois momentos: a primeira fase (séculos XV ao XVII), caracterizada pela concentração, em que riquezas são trocadas de mãos, geralmente envolvendo trocas desiguais uma vez que muitos agentes estariam em situação falimentar pelas crises demo-econômicas dos modos de produção anteriores; a segunda fase (séculos XVII e XVIII), o processo de concentração ainda segue seu curso,

mas agora combinado ao processo de acumulação, quando essas riquezas passam a produzir mais riqueza, ainda que não de forma capitalista do ponto de vista marxiano. Exemplo disso seriam as iniciativas mercantilistas de colonização do Novo Mundo.

A criação do Banco da Inglaterra de 1694 exerceu na economia inglesa o papel da centelha que deu vida ao monstro de Frankenstein, uma vez que a negociação dos títulos da dívida pública da Inglaterra deu vida ao mercado financeiro, que pavimentou o caminho para a recepção de grandes volumes de riquezas acumuladas nas economias estagnadas das cidades estados italianas de Veneza e Gênova, da Holanda, e tantos outros importantes entrepostos comerciais da Europa continental. Com a recepção desses recursos, a Inglaterra pôde ser capaz, materialmente, de consolidar o capitalismo com a série de fenômenos produtivos que posteriormente se denominou Revolução Industrial.

Uma pergunta central é qual a razão de haver um sistema que visa geração de maior valor em forma líquida (ou em dinheiro), algo tão distinto dos objetivos de uma economia smithiana de atendimento das necessidades humanas. Giovanni Arrighi diria que:

“Marx nunca explica de maneira clara por que os agentes capitalistas buscam o objetivo aparentemente irracional de acumular dinheiro pelo dinheiro. Na verdade, sua frase ‘Acumulai, acumulai!’ dizem Moisés e os profetas’ parece ser o reconhecimento de que ele não tem explicação racional para a acumulação de dinheiro como um fim em si. No entanto, pouco antes de proferir a frase, ele afirma que ‘o amor pelo poder é um elemento do desejo de ficar rico’ (...) [já que] toda a sua obra indica que acumulação ‘infinita’ de dinheiro é a fonte primária de poder na sociedade capitalista” (Arrighi, 2008: 87)

Deve-se considerar que os resultados de longo prazo na comparação entre a economia mercantil smithiana e o capitalismo na perspectiva marxiana são completamente opostos no que respeita às condições de igualdade e de bem estar da sociedade.

No modelo mercantil smithiano (M – D – M) a existência do mercado desobriga as unidades produtivas/familiares de serem auto-suficientes, podendo se especializar em uma atividade econômica (já que no mercado poderia adquirir demais produtos com a venda dos seus bens). A divisão do trabalho (a princípio de unidades produtivas, mas depois, na escala micro, entre trabalhadores e na macro, entre países) promoveria aumento da produtividade (fruto, inclusive, da inovação tecnológica que a divisão do trabalho induz). A ampliação do produto resultante disso, por sua vez, permitiria gerar aumento do investimento, pelo aumento do estoque de capital, o que impacta positivamente no mercado de trabalho, aumentando as contratações de trabalhadores, ampliando salários e, com isso, expandindo o mercado consumidor. Com os mercados ampliados, abre-se possibilidade para acentuar a divisão do trabalho na sociedade, dando início a mais um ciclo no espiral de crescimento da riqueza das nações (Figura 1).

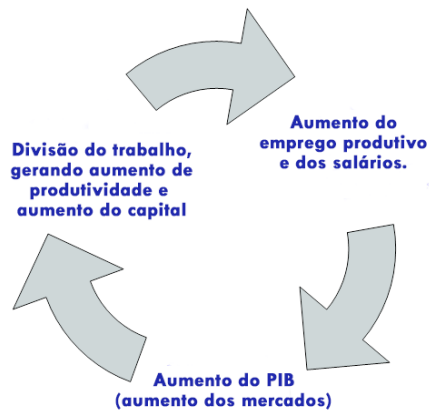


Figura 1
A espiral smithiana de crescimento na riqueza das nações

No modelo M – D – M, mesmo presumindo uma evolução com classes de capitalistas e trabalhadores, a concorrência inter-capitalista seria uma séria restrição ao crescimento dos lucros. Isso, unido ao fato da tendência à elevação dos salários, faria com que a sociedade mantivesse nível de desigualdade social bastante reduzido. Vale destacar que este otimismo não era compartilhado por outros teóricos da economia clássica. Segundo Malthus (1986), a incapacidade da economia de produzir alimentos e condições de vida condizentes com o rápido crescimento demográfico resultaria sempre em pobreza, desnutrição e morte de parcela da sociedade. David Ricardo aceitou este postulado malthusiano para elaborar a lei férrea dos salários. Segundo esta teoria o salário estaria sempre gravitando em torno do nível de subsistência, uma vez que aumentos salariais (para além do nível de subsistência) reduziriam a morte de filhos de trabalhadores por estarem mais nutridos. Tempos depois, o conseqüente aumento da oferta de trabalhadores pressionaria o salário para baixo, novamente para o nível de subsistência. Uma eventual redução dos salários abaixo do nível de subsistência faria surtir o efeito oposto, de majoração dos salários, pela diminuição de trabalhadores, por morte de subnutrição.

Ao teorizar o capitalismo (D – M – D’), invertendo a lógica smithiana, Marx faria um importante contraponto à teoria clássica ao propor que a pobreza (e morte dos trabalhadores) não derivava da baixa capacidade do capitalismo em gerar riqueza, mas justamente pelo contrário: pela sua enorme capacidade produtiva, dado que o mesmo sistema não proporcionava igual capacidade de consumo dessa riqueza crescente, o que geraria crises recorrentes.

O caráter disruptivo do sistema capitalista é mais claramente exposto no diagrama abaixo (Figura 2). Em breves palavras, a concorrência entre agentes capitalistas de um mesmo segmento produtivo estimularia, continuamente, o surgimento de novas tecnologias (pela criação de novas máquinas) que ampliam as forças produtivas do capital. Mas aconteceriam dois outros efeitos importantes da modernização das empresas: 1) a concentração de capital, quer pela eliminação de parte do capital relativo às empresas

menos adaptadas às mudanças tecnológicas, quer pela aquisição das mais fracas pelas mais competitivas; 2) eliminação de postos de trabalho, com corte de pessoal ou mesmo o fechamento de fábricas. Estas novas levas de desempregados passariam a constituir ou engrossar o chamado exército industrial de reserva. Além do mal estar social gerado pelo desemprego, o excedente de trabalhadores atuaria no sentido de diminuir o poder de barganha dos trabalhadores nas negociações salariais, no sentido de manter os salários baixos, próximo do nível de subsistência. Dessa forma, a teoria marxiana sobre salários se aproximava da ricardiana, ainda que por motivos diametralmente opostos.



Figura 2
A espiral marxiana de produção de riqueza e pobreza.

No início do capitalismo as consequências da dinâmica capitalista ainda não eram de todo conhecidas: “O século XVIII (...) não chegou ainda a compreender, na mesma medida que o século XIX, a identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo” (MARX, 1985 [1867]: 269), quando o capitalismo inglês, originalmente agrário, assumiu a feição mais industrial (e mais tecnológica). A cada volta na espiral marxiana, ampliaria riqueza, mas com severa concentração de renda ao ponto de promover crescimento da pobreza, pelo crescimento da massa de trabalhadores excluídos.

Um aspecto subjacente conexo à concentração de renda é a concentração de capital (pelos processos de fusões, aquisições das grandes empresas e falências das menores), contida na espiral marxiana e que se mostrou muito intensa na Grande Depressão do século XIX, entre 1873 e 1896. Nesse capitalismo de grandes empresas, o papel do estado seria essencial para o crescimento e manutenção desses negócios nos diversos territórios, o que ficou conhecido como imperialismo:

“Se fosse necessário dar uma definição, a mais breve possível do imperialismo, dever-se-ia dizer que o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas industriais, e por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse

monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido.” (Lênin, 2011 [1916]: 217)

IV. A perspectiva neo-marxiana de Arrighi sobre capitalismo

IV.1 Meio milênio de capitalismo no ocidente

Nesse artigo, defende-se que a articulação entre capital e Estado, gerando o capitalismo, encontra, nos trabalhos de Giovanni Arrighi, tratamento teórico propício à compreensão dos principais fenômenos ocorridos no último meio milênio, sobretudo os mais recentes. Em *O Longo Século XX*, depreende-se a inspiração marxiana de seu modelo. Porém, diferentemente do apontado por Marx, períodos de concentração de renda seriam alternados por outros de desconcentração, que se sucederiam em ondas longas, cada uma de mais de século de duração. O ciclo do longo século XX, que agora caminha para seu fim, teria sido antecedido por três outros ciclos, o que evidencia o caráter mutável do capitalismo ao longo do tempo, desde o seu surgimento, entre os séculos XIII e XIV, originalmente surgido nas cidades estados italianas de Gênova, Veneza, Milão e Florença (Arrighi, 1996: 90).

Antes, porém, de apresentar os quatro ciclos longos que o capitalismo mundial evoluiu, a partir do final do feudalismo europeu, deve-se conceituar capitalismo, o que é inspirado em Fernand Braudel (1998).

Braudel concebeu o capitalismo como a camada superior de uma estrutura em três patamares (...) a camada mais inferior – e até mais recentemente, a mais ampla – é a de uma economia extremamente elementar e basicamente auto-suficiente. Na falta de expressão melhor ele denominou de *vida material*. (Arrighi, 1996: 10)

Assim, a **primeira camada**, de autoconsumo deixou de ser praticamente a única com a erosão do sistema feudal. Haveria a partir daí, o surgimento de uma **segunda camada** (que se sobrepõe à primeira, de auto-consumo) a qual se denominaria economia de mercado (Arrighi, 1996: 10). Nesta camada, muito próxima do conceito de concorrência perfeita (contida em manuais de economia), percebe-se a forte inspiração smithiana (M – D – M). O lucro tenderia a gravitar em torno de zero, dada a concorrência dos muitos participantes, destituídos de qualquer poder de mercado para interferir individualmente nos preços para lhes garantir maiores ganhos.

Diferentemente do que supõe o senso comum, economia de mercado não é sinônimo de capitalismo, que surgiria com o estabelecimento de uma **terceira camada**, denominada anti-mercado. Esta só se impõe quando o Estado se articula com alguns agentes produtivos, servindo a estes de anteparo para proteger os seus grandes lucros do efeito corrosivo da concorrência, que foi e é encontrado na segunda camada.

É enganosa qualquer ideia de que as articulações entre Estado e capital, na terceira camada, fossem estáveis, quase eternas, embora as mais exitosas pudessem durar mais de

um século. Mesmo estando livre dos pequenos competidores, sob proteção de ações estatais, o grande capital competiria com outros grandes agentes capitalistas, senão no mesmo território nacional, fora dele. Assim, a competição inter-capitalista pode assumir a dimensão de competição inter-estatal de forma que os conflitos, invés de se darem no mercado, por guerra de preço, por exemplo, podem se dar nas guerras clássicas, propriamente ditas, entre países. As razões econômicas que arrastaram a Europa e o mundo para as I e II Guerras Mundiais seriam os exemplos mais eloquentes disso.

Desde o surgimento do capitalismo, as articulações mais bem sucedidas entre capital e Estado e a concorrência inter-capitalista e inter-estatal desenharam quatro grandes ondas que Giovanni Arrighi denominou ciclos sistêmicos de acumulação (CSA) com representação abaixo (Figura 3). De uma releitura do esquema de reprodução do modo capitalista de produção de Marx, (D – M – D’), Arrighi o subdivide para designar as fases de um CSA, que se estende por mais de 100 anos:

(...) A fórmula geral do capital apresentada por Marx (D – M – D’) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. (ARRIGHI, 1996: 6)

Um CSA nasce com uma articulação particular entre capital e Estado. Tão logo ele se mostra capaz de gerar ganhos vultosos, os empreendimentos relativos a esses negócios passam a receber investimentos e empréstimos internacionais e locais. Dá-se assim, início à fase de expansão material da CSA (D – M). O capital financeiro “D” que representa liquidez, flexibilidade, liberdade de escolha é convertido em capital-mercadoria “M”, numa estrutura de insumo-produto concreto (ARRIGHI, 1996: 6).

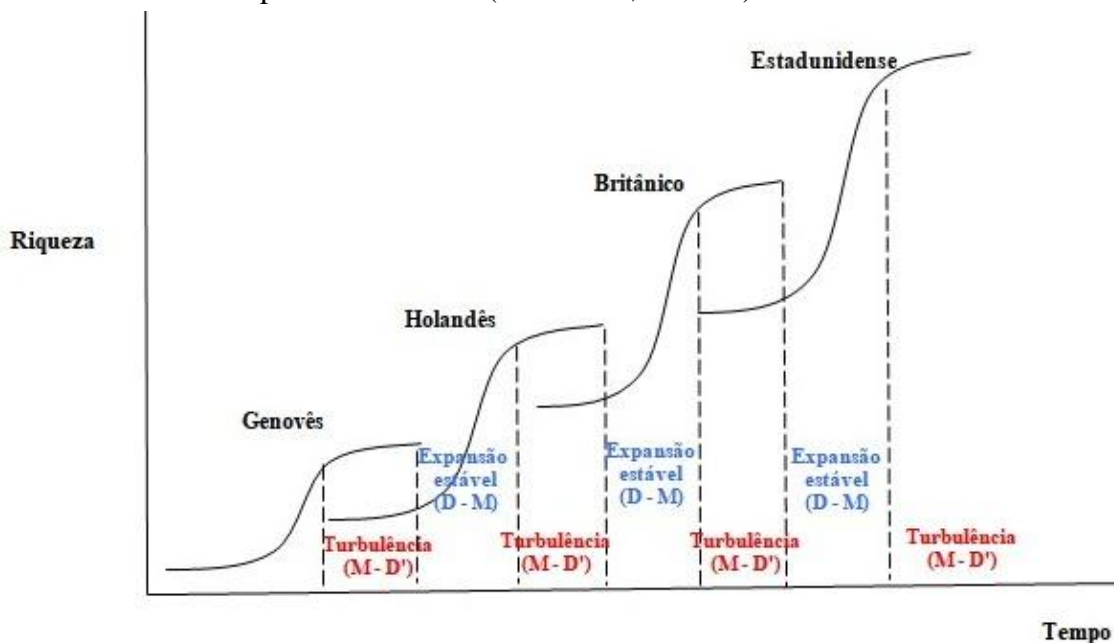


Figura 3 Adaptação do “Modelo de metamorfose dos ciclos sistêmicos de acumulação”.

Fonte: Arrighi (1996: 246)

O Estado portador dessa articulação exitosa com o capital tende a exercer o papel de hegemônico, fundando uma ordem mundial harmônica com o CSA vigente:

O conceito de “hegemonia mundial” aqui adotado (...) refere-se especificamente à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas (...) Esse poder é algo maior e diferente da “dominação” pura e simples é o poder associado à dominação, ampliado pelo exercício da “liderança intelectual moral”. (ARRIGHI, 1996: 27)

A hegemonia torna-se tão mais eficiente em manter-se dominante no processo de acumulação quanto mais ele consiga induzir os países participantes do sistema de nações a seguirem coesos na sua ordem mundial e atuando de forma complementar (e não concorrencial) a ele:

Um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o *sistema* de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante. Mas um Estado dominante também pode liderar no sentido de atrair os demais para sua própria via de desenvolvimento. (...) esse tipo de liderança pode ser designado como “liderança contra a própria vontade”, porque no correr do tempo, aumenta a competição pelo poder, em vez de aumentar o poder do Estado hegemônico. (ARRIGHI, 1996: 29)

Quando a competição inter-capitalista e inter-estatal se acirram a manutenção dos lucros monopólicos dos agentes capitalistas são comprometidos e o CSA entra na sua segunda e derradeira fase, que é a de “expansão financeira”, ou usando a expressão marxiana com nova roupagem, M – D’. Recapitulando:

O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases D – M de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases M – D’). Nas fases de expansão material, o capital monetário [oriundo do CSA anterior] “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, D – D’) Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo ciclo sistêmico de acumulação (D-M-D’). (ARRIGHI, 1996: 6, grifo nosso)

Depois dos dois primeiros CSA de caráter comercial, o Genovês e o Holandês, durante os séculos XVI ao XVIII, a ampla concorrência entre os países com a difusão das práticas mercantilistas ao final do período gerou comprometimento dos lucros monopólicos com atividades puramente comerciais. A articulação de capital com Estado que envolvesse,

ao mesmo tempo, introdução dos custos de produção no cálculo capitalista (com a Revolução Industrial) e o liberalismo (para a abertura de mercados de insumos primários e acesso a mercados de consumo para seus produtos industrializados) alçou a Grã Bretanha ao posto de país hegemônico, dando início ao Longo Século XIX Britânico, a partir de meados do século XVIII.

Importante dizer que um CSA sempre começou maior do que o CSA anterior, pelo recebimento do seu capital na sua forma financeira, como sugerido na Figura 3, anterior. Para que isso fosse possível o mercado financeiro dos países precisou ser desenvolvido, o que se deu pela criação do mercado de títulos da dívida pública do Estado. Arrighi (1996:13) concorda com Marx na seguinte afirmativa:

Com as dívidas do Estado surgiu um sistema internacional de crédito, que frequentemente oculta uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. Assim as vilezas do sistema veneziano de rapina constituem uma das tais bases ocultas da riqueza de capital da Holanda, a qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo passou-se entre a Holanda e a Inglaterra. Já no início do século XVIII, as manufaturas da Holanda estavam bastante ultrapassadas e ela havia cessado de ser nação dominante do comércio e da indústria. Um dos seus principais negócios de 1701 a 1776 torna-se por isso, emprestar enormes capitais, especialmente a seu poderoso concorrente, a Inglaterra. Uma relação análoga existe hoje [década de 1860] entre a Inglaterra e os Estados Unidos. (MARX, 1985: 289)

De fato, a industrialização tomou corpo na segunda metade do século XIX em países da Europa e nos EUA. Os ganhos monopólicos da indústria britânica por ter sido antes a “oficina do mundo” cessam de acontecer com a concorrência no mercado de manufaturados e também pela volatilidade do mercado de produtos primários, disputados pelos países recém industrializados. É nesse período que Inglaterra passa para a segunda fase do seu CSA, a expansão financeira, tornando a City Londrina o maior centro financeiro mundial até então.

Voltando à metáfora da criatura produzida por Victor Frankenstein, assim como a frustração por não ter sido acolhida pelo criador tê-la tornado violenta, assim também ocorre com o capitalismo quando seus agentes não conseguem realizar lucros monopólicos com sua produção. Não é por outro motivo que essa impossibilidade inaugura a fase de expansão financeira da CSA, também denominada por fase turbulenta: guerras, agravamento da desigualdade social, precarização do trabalho são alguns dos fenômenos comuns a essa fase do capitalismo. O caráter turbulento do final do Longo Século XX talvez se mostre particularmente mais intenso do que foi nos demais finais de ciclos hegemônicos, quer pelo gigantismo das economias envolvidas, quer pelas características peculiares assumidas pelo ciclo estadunidense, o que se analisa a seguir.

IV.2 O Longo Século XX

Uma expansão material estável?

Na base da construção da hegemonia estadunidense, no último quartel do século XIX, está a constituição de grandes empresas verticais que não encontram paralelo com as existentes nos outros principais centros industriais, em especial, Grã Bretanha e Alemanha. A elevada dimensão das empresas não se devia apenas ao fato de elas serem formadas para dominarem todo o mercado nacional, mas também por se internacionalizarem muito cedo:

Em 1902, os europeus já falavam numa “invasão americana”; e, em 1914, o investimento direto dos Estados Unidos no exterior correspondeu a 7% do produto interno bruto (PIB) norte-americano. (ARRIGHI, 1996: 249)

As amplas vantagens econômicas advindas da “revolução organizacional” das *corporations* estadunidenses não poderiam existir sem que houvesse o Estado atuando de diversas formas, tanto no plano doméstico como internacionalmente. Estas duas dimensões de atuação encontram-se intrinsecamente ligadas. A título de exemplo, o elevado aumento da demanda de aço pela indústria armamentista dos EUA por ocasião da Guerra Hispano-Americana (1898), levada a cabo por interesses imperialistas na região do Caribe, propiciou a Frederick Taylor a oportunidade de testar inovadoras formas de expandir a produtividade do trabalho na Bethlehem Steel Company, o que resultaria na expansão da dominação do capital sobre o trabalho na forma do que se convencionou chamar taylorismo (Braverman, 1984: 95). Mais à frente, a mecanização da indústria nos moldes da linha de produção fordista ampliaria ainda mais a produtividade do trabalho, originalmente na indústria automotiva.

O elemento chave da nova organização de trabalho era a interminável esteira transportadora, na qual os componentes do carro eram transportados e que, à medida que passava, com as paradas periódicas, os homens executavam operações simples. (...) em 1914, com a inauguração da primeira esteira rolante sem-fim para a montagem final na fábrica da Ford em Highland Park [em Detroit] (...) em três meses, o tempo de montagem do Modelo T havia sido reduzido a um décimo do tempo anteriormente necessário, e por volta de 1925 foi criada uma organização que produzia quase tantos carros por dia quanto haviam sido fabricados num ano inteiro, no princípio da fabricação do Modelo T [em 1908]. (Braverman, 1987: 130-131)

Na fase inicial de expansionismo material da CSA dos EUA, o elevado crescimento da produtividade com o novo formato das empresas exigia o crescimento, na mesma medida, das condições de demanda. Este equilíbrio econômico, por diversos motivos, não foi alcançado devidamente, ocorrendo a Grande Depressão de 30.

Sob o governo de Roosevelt, o crescimento do mercado de consumo dar-se-ia pelos aumentos salariais, num contexto macroeconômico condizente, com Estado promovendo

políticas monetárias e fiscais expansionistas. Deve-se considerar que além do New Deal, houve o controle e regulação da expansão financeira, com a lei Glass-Steagall, de 1933. (ARRIGHI, 1996: 288). Contudo, a economia estadunidense só voltou a atingir novamente o nível de pleno emprego com a economia de guerra para fazer frente à II Guerra Mundial, uma vez que o Wall Street e o parlamento conservador tolhia as medidas reestruturantes do executivo, o que fez a economia evoluir na década de 1930 não em formato “v” mas em “w”. (Heilbroner, 1996. 257-258)

No cenário internacional no imediato pós II Guerra, havia a necessidade de reconstrução dos países mais afetados pelo conflito para restabelecer a ordem mundial. Houve, para tanto, a constituição de instituições que visavam dar harmonia e estabilidade, tendo como exemplo máximo a ONU (Organização das Nações Unidas) e demais instituições internacionais originárias do Tratado de Bretton Woods. Havia, para o governo democrata, no entanto, a dificuldade de se aprovar no congresso estadunidense, de maioria republicana, um pacote de ajudada financeira e um programa semelhante ao New Deal para fora dos EUA. (Frieden, 2008: 290)

A solução encontrada para viabilizar politicamente o investimento na Europa e Japão, sobretudo, foi a invenção (ou ampliação) do temor comunista. Em 1947, a construção da ideia da Guerra Fria, pela Doutrina Truman, possibilitaram o investimento na reconstrução, com o Plano Maschall e de outras formas que se seguiram. Pouco depois, foi estabelecida a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), aliança militar feita pra garantir a hegemonia estadunidense na Europa, sendo célebre (e ainda atual) a afirmação do seu primeiro secretário geral, Hastings Lionel Ismay (1952-1957) de que a OTAN servia para "manter os russos fora, os americanos dentro e os alemães embaixo"².

O antagonismo entre os Estados Unidos, com sua área de influência, e a URSS e seu bloco não foi meramente circunstancial e, ao contrário, ditou os principais fenômenos históricos do século XX, na perspectiva de Hobsbawn (1995), um século breve, diferentemente do considerado por Arrighi (1996), exatamente porque ele existiu enquanto época histórica apenas enquanto a URSS pôde perseverar.

Em síntese pode-se perceber dois momentos em que o governo de Roosevelt e seu sucessor foram contidos nos seus intentos de estabelecer políticas públicas progressistas: a primeira ainda na década de 1930, como política doméstica; e a segunda no imediato pós-Segunda Guerra. Em ambos os casos, o impasse entre progressistas e conservadores foi resolvido por uma agenda de gastos militares, o que também tinha função de aquecer a economia, no que foi passado a ser conhecido como keynesianismo militar.

O ponto central que se defende aqui é que este “keynesianismo militar” (que teve no

² O dizer que sintetiza a função da OTAN, dita pelo seu líder no seu surgimento, foi transcrita em várias fontes atuais, como em Christoph Hasselbach (2019), o que sugere a atualidade dela. No que diz respeito à Alemanha, o impacto da atual guerra entre Rússia e Ucrânia no processo de desindustrialização alemã parece reforçar ainda a validade do que foi dito por Ismay, embora em contexto bem diferente.

Plano Marshall apenas o começo) é um componente específico na combinação entre capital e Estado que dotou o CSA estadunidense de um caráter ainda mais violento que os CSAs anteriores:

A integração europeia e a expansão econômica mundial exigiam uma reciclagem muito mais abrangente da liquidez mundial do que estava implícita no Plano Marshall e em outros programas de assistência. Essa reciclagem mais abrangente acabou por se materializar no mais maciço esforço de rearmamento que o mundo já vira em tempos de paz. (Arrighi, 1996. 306, grifo nosso)

Com isso, torna-se incontornável o complexo industrial militar (MIC, em inglês), que seria entendido como uma “coalizão de grupos informais” com interesse direto em alto gasto de defesa. O resultado de suas pressões resultou em corrida armamentista durante tempos de paz, que geram a militarização das relações internacionais. Suas origens são anteriores à Segunda Guerra Mundial, e acabou servindo para facilitar e legitimar o papel do Estado no processo de acumulação de capital estadunidense. (Brunton, 1988: 600). Ainda não se sabe ao certo quem tem maior preponderância no MIC: se a elite militar, a elite política ou a elite econômica.

O fato é que sua atuação como *lobby* havia despertado desconfiança no presidente dos Estados Unidos, mesmo sendo general, a quem coube a primazia de cunhar o termo MIC. Em sua carta de final de governo, em 1961, Dwight Eisenhower, apesar de entender que o MIC era essencial para a segurança, alerta que sua busca de poder poderia trazer efeitos desastrosos, em especial se o crescimento de poder econômico viesse a atender apenas os interesses de agentes privados envolvidos e não os interesses de estado, o que, de fato parece ter ocorrido em várias ocasiões. (Magnotta, 2022)

Existe toda uma literatura econômica concordante da ideia de que o MIC tem trazido enormes vantagens à competitividade da indústria estadunidense, o que é atribuído à interpenetração das indústrias civis e militares, o que faz com que inovações tecnológicas na área militar repercutam em produtos de uso civil³. A indústria automotiva da Ford, paradigmática da indústria vertical americana (ao ponto de criar um dos seus braços no Brasil, para a produção de borracha para o pneu do modelo A⁴) exemplifica de forma mais evidente esse entrelaçamento, ao produzir Jeep, em parceria com a Willys-Overland, para o exército, durante a II Guerra.

³ Na perspectiva de Hooks e McLauchlan (1992), até o século XIX, as necessidades militares não influíam no desenvolvimento tecnológico, pois, na necessidade, a produção civil era revertida para fins militares. No entanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, a ciência tem preponderantemente servido ao setor militar, depois é difundida para o uso civil.

⁴ A criação da Fordlândia no Pará, idealizada no final da década de 1920, foi bem documentada por Greg Grandin (2010). Entre as razões para a iniciativa estava o desejo de ter o controle da produção da borracha, insumo necessário e que, no momento parcialmente dominado pelo imperialismo britânico.

Uma expansão financeira ainda mais turbulenta

Como nos CSA anteriores, houve um momento em que a concorrência inter-capitalista em paralelo com a concorrência inter-estatal compromete as estruturas monopólicas físicas no país hegemônico:

(...) as décadas de 1950 e 1960, como as de 1850 e 1860, constituem outra fase de expansão material (D – M) da economia capitalista (...) Sem dúvida, a velocidade, a escala e o alcance da conversão do capital excedente em mercadorias foram maiores no ciclo norte-americano do que em qualquer ciclo anterior. No entanto, a fase de expansão material das décadas de 1950 e 1960 assemelhou-se a todas as outras num aspecto fundamental: seu próprio desdobramento resultou numa grande intensificação das pressões competitivas sobre toda e qualquer organização governamental e empresarial da economia mundial capitalista, e numa conseqüente retirada maciça do capital monetário do comércio e produção. (Arrighi, 1996. 308)

A crise de acumulação gera um contexto multifacetado, pois, para além da economia, a hegemonia é também abalada nos seus aspectos de coerção e cooptação:

A crise eminente do regime norte-americano foi assinalada entre 1968 e 1973, em três esferas distintas e estreitamente relacionadas. Militarmente, o exército norte-americano entrou em dificuldades cada vez mais sérias no Vietnã; financeiramente, o Sistema de Reserva dos Estados Unidos verificou ser difícil e, depois, impossível preservar o modo de emitir e regular o dinheiro mundial estabelecido em Bretton Woods; e, ideologicamente, a cruzada anticomunista do governo norte-americano começou a perder legitimidade no país e no exterior. A crise teve uma deterioração rápida e, em 1973, o governo norte-americano havia recuado em todas as frentes. (Arrighi, 1996. 308)

Não se pretende aqui esmiuçar todos os aspectos econômicos. Importante dizer que nesse momento do esgotamento da fase de expansão material do CSA dos EUA, os agentes do Estado americano decidiram pela elevação da política do dólar forte, com a elevação dos juros pelo FED, para recuperar a confiabilidade da moeda. Tal comportamento, segundo Arrighi está longe de ser algo atípico de uma potência econômica em decadência:

O resultado foi a *belle époque* da era Reagan. Apoiando-se em Braudel (...) Kevin Phillips sublinhou as espantosas semelhanças que se podem identificar entre a influência crescente das finanças nos Estados Unidos da década de 1980, na Grã-Bretanha da época eduardiana, na Holanda da era dos chinóis e na Espanha da Era dos Genoveses. A preocupação excessiva com as finanças e a tolerância para com as dívidas parecem ser

típicas das grandes potências econômicas em seus estágios finais. Elas prenunciam o declínio econômico. (ARRIGHI, 1996: 325)

Com a elevação dos juros do FED, gerou-se a Crise da Dívida em vários países com empréstimos em dólar, no início da década de 1980, dentre eles o Brasil. Com base em farto material empírico dos Estados Unidos e Europa, Piketty e Saez (2022) no estudo intitulado “Desigualdade no Longo Prazo” apontou que após ter havido mais de duas décadas de crescimento econômico com níveis baixos de desigualdade no pós II Guerra, houve inversão desses indicadores, a partir dos anos 1970 e 1980, chegando a níveis de concentração de renda sem precedentes nos Estados Unidos, entre 2000 e 2010, assim como na Europa e outras partes do globo (PIKETTY, SAEZ, 2022: 38), reiterando conclusões do estudo anterior (PIKETTY, 2014).

Este aspecto do capitalismo é um dos que talvez mais arremeta para a ideia que um ente, ao modo da criatura de Frankenstein, seja aterrorizante ao seu próprio criador. Tal como nos outros três CSA anteriores, a fase de expansão financeira enseja uma dinâmica social em formato k, em que a elite capitalista mantém e aumenta seus ganhos financeirizados ao mesmo tempo em que o restante da sociedade tem redução da sua renda pelo desemprego, precarização do trabalho e demais fenômenos relacionados ao desmonte da estrutura produtiva. Há nesse contexto um conjunto de políticas públicas harmônicas ao contexto de financeirização, que são denominadas por neoliberais:

“O neoliberalismo é um novo estágio do capitalismo que surgiu na esteira da crise estrutural da década de 1970. Ele expressa a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores de alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente.” (DUMÉNIL, LÉVY, 2014:12)

O desmonte das indústrias estadunidenses, ao ponto de tornar Detroit uma quase cidade fantasma não implicou o abandono do keynesianismo militar. Pelo contrário, houve aumento do orçamento militar nessa fase final de expansionismo financeiro. Há, no entanto, um elemento de inovação entre os resultados dos conflitos que o MIC municiava: Se durante a expansão produtiva, havia o interesse de se implantar a ordem econômica entre os antagonistas perdedores dos conflitos (tal como o desenvolvimento a convite, de Alemanha e Japão), o que resulta agora é pouco mais do que caos, destruição e rapina dos recursos naturais. Em 1999, a OTAN promoveu intervenção no território da antiga Iugoslávia. Depois os EUA e seus aliados se lançaram à intervenção do Oriente Médio, promovendo as guerras no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003), amplamente condenadas pela comunidade internacional, visto que não amparadas pela Carta da ONU.

V Domesticando o capitalismo: as lições da China

Enquanto a posição de hegemônico dos EUA era seriamente questionada pela atuação sofrível na guerra do Vietnã, Henry Kissinger, em 1971, proporcionava uma contra-

ofensiva exitosa no terreno diplomático em estreitar laços com China, estimulando a cisão entre ela com a URSS. Seguiram-se a visita de Nixon à China, "A semana que mudou o mundo", e tantas outras aproximações sucessivas que se mostraram muito oportunas para ambos os lados, em especial na área econômica.

Uma versão mais aceita sobre o Milagre Chinês é de que a aproximação com os EUA possibilitou às *corporations* americanas, fustigadas pela concorrência inter-capitalista, pudessem deslocar suas plantas industriais para China, onde poderiam, com baixos custos (salariais inclusive), exportar para o mundo, aproveitando a liberalização da economia chinesa de 1978.

Em "Adam Smith em Pequim" Arrighi (2008) introduz elementos históricos particulares de formação do ocidente e do oriente que os tornaram bastante distintos. Esta "grande divergência" o que torna a ascensão Chinesa algo bastante distinto do que foi a transferência de hegemonia da Grã Bretanha para os EUA, no século XX, bem como as transferências anteriores envolvendo também Gênova e Holanda, em meio século de capitalismo ocidental.

O primeiro ponto de divergência é o papel distinto do comércio em cada região nas suas trajetórias de crescimento. Desde o surgimento do capitalismo histórico, nas cidades estado do norte da Itália, mas sobretudo a partir do Sec. XVI, na Holanda, o comércio externo havia se desenvolvido à frente da agricultura e manufatura doméstica, seguindo, na perspectiva smithiana, uma "ordem antinatural e retrógrada." (Arrighi, 2008: 71)

Tendo um desenvolvimento muito precoce, o crescimento dos negócios do comércio é acompanhado por pressão dos rendimentos do trabalho, já que o não desenvolvimento da agricultura e manufatura não permitiram o crescimento demográfico tornando inelástica a oferta de trabalho. Nesse contexto, a saída para o capital é uma economia shumpeteriana que amplie a produtividade do trabalho. O "descobrimento" do Novo Mundo, um desdobramento do comércio exterior, abriu possibilidades de ampliação dessa economia intensiva em capital, por ser um imenso repositório de matéria prima. A revolução industrial seria um corolário desses processos ocorridos no ocidente.

No leste da Ásia, particularmente na China, seguiu uma trilha de desenvolvimento "natural" em que os recursos são primeiramente voltados à agricultura e depois às manufaturas. Somente depois que esses setores estivessem desenvolvidos é que o comércio exterior ascende. (Arrighi, 2008: 70)

Nesse contexto asiático, o desenvolvimento da agricultura e da manufatura permite haver o desarme da "armadilha malthusiana" fazendo com que a população cresça sem as restrições encontradas no ocidente. Devido à relativa escassez de matéria prima, havia necessidade de que se maximizasse a utilização dos recursos naturais. Como os governos eram ciosos de controlar monopólios, os processos concorrenciais desencadearam uma dinâmica smithiana de aumento da produtividade pelo desenvolvimento de tecnologias intensivas em trabalho, fenômeno denominado "revolução industriosa" pelo autor. (Arrighi,

2008: 47)

Em síntese, defende-se aqui que a China atual assimilou as inovações tecnológicas do ocidente sem abrir mão de duas tradições, inclusive em relação à condução da economia. Duas implicações para a economia global disso é a preocupação com a sustentabilidade ambiental e o controle de forças de agentes capitalistas em que o governo opera de forma indireta, promovendo a maior concorrência entre os agentes, ou mesmo de forma direta, regulando as suas atividades e ações. Diferentemente da dinâmica schumpeteriana do ocidente, a dinâmica smithiana oriental tenderia a promover a delimitação de lucros e crescimento de salários.

Esta dinâmica também compreendida como “socialismo de mercado” poderá estar na base do aumento do protagonismo do chamado “Sul Global” sem que isso implicasse em nova hegemonia. Tal “socialismo de mercado” se viabilizaria ao subordinar os interesses capitalistas ao interesse nacional, expandir e atualizar a divisão social do trabalho por meio da ação estatal, além de estimular a concorrência capitalista também por meio do Estado. (Arrighi, 2008: 366)

A título de exemplo do controle estatal dos processos econômicos, a burocracia chinesa organizou um modo de proteção ao seu setor financeiro restringindo a conta de capital, de forma que evita o capital estrangeiro de ter poder decisório sobre empresas chinesas. Para suprir a demanda por investimentos que poderia surgir com a medida anteriormente citada, a China estabeleceu um “sólido sistema financeiro estatal fincado inicialmente em cinco grandes bancos de desenvolvimento.”⁵ (Jabbour, Gabriele, 2021: 198.)

VII – Considerações finais

Meio milênio se passou desde que agentes comerciais encontraram no Estado, a princípio, em pequenas unidades territoriais, como as cidades-estados de Gênova e Veneza, estruturas estatais onde pudessem se associar e atuar de forma orgânica, dando início às primeiras experiências de capitalismo, na perspectiva arrighiana. Daquele momento até o presente, o capitalismo mundial havia passado por quatro mutações (sendo eles: genovês, holandês, britânico e estadunidense) A cada transição de uma forma a outra de capitalismo havia um período de crise econômica e social, pois se acirravam concorrências inter-capitalistas que, via de regra, resvalavam em concorrências inter-estatais, resultando em conflitos e guerras.

Um importante aspecto que a perspectiva de Arrighi apresenta é distinção entre economia de mercado e capitalismo. Inspirada em Braudel a abordagem arrighiana concebe a economia atual como uma estrutura composta por três camadas. A primeira camada,

⁵ Entre eles: Banco de Desenvolvimento da China, Banco Exim da China, Banco de Desenvolvimento agrícola da China, além dos internacionais, Banco Asiático de Infraestrutura e Desenvolvimento e o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS.

original, seria a de auto-consumo. A economia de mercado seria a camada intermediária, em geral, das pequenas unidades produtivas, onde o lucro tende a zero por forças concorrenciais. A terceira camada, o capitalismo, teria como diferencial a capacidade de acumulação, por ter lucros monopólicos, já que a sua ação combinada ao Estado impediria, dentro de certos limites, temporais inclusive, que seus elevados lucros fossem corroídos pela concorrência interna ou externa.

Assim como, na trama de Mary Shelley, a criatura de V. Frankenstein cometia atrocidades contra seu criador (e a si mesma) quando se sentia contrariada, na economia, o capital abre uma fase de turbulência quando é impossibilitado de usar suas estruturas materiais para se valorizar. No caso particular do longo século XX, ao transitar da fase de expansão material para a de expansão financeira, a partir da década de 1970, há uma trajetória da economia em “k”, em que a riqueza acumulada se refugiou em Wall Street, enquanto Detroit, paradigmática da cidade industrial fordista, passava a se assemelhar a uma cidade fantasma, com a deterioração da qualidade do trabalho e aumento da desigualdade social.

Como é próprio de um sistema mundial, vários processos (como a condução da política monetária) atuaram como correia de transmissão, reproduzindo nas outras partes do globo os movimentos de crise da economia doméstica estadunidense, em escala mais ampliada nas nações periféricas. Deve-se considerar também que o componente turbulento da crise hegemônica estadunidense torna-se ainda mais grave pelo seu componente de “keynesianismo militar” que converte guerras e conflitos em negócios.

No contexto de turbulência atual, o crescimento econômico e de protagonismo da China oferece um contraponto importante, pois sua dinâmica de economia de mercado anti-capitalista, pode atrair mais e mais países para um outro projeto de economia de expansão material, multipolar e ambientalmente sustentável.

VIII – Referências bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. 428 p.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. xiv, 393p.
- BARBUY, Heloisa. A exposição universal de 1889 em Paris: Visão e representação na sociedade industrial. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV - XVIII. São Paulo. Martins Fontes, 1998.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: A degradação do trabalho no século XX. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara. 1987. 379 p.
- BRUNTON, Bruce G. Institutional Origins of the Military-Industrial Complex. **Journal of Economic Issues**, Vol. 22, No. 2 (Jun., 1988), p. 599.
- DOBB, Maurice H. **A evolução do capitalismo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 482 p.

- DUMÉNIL, Gérard, LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014. 365p.
- HASSELBACH, Christoph. Otan celebra 70 anos em meio a crise e desavenças internas. **Deutsche Welle**, 04/20193.
Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/otam-celebra-70-anos-em-meio-a-crise-e-desavenças-internas/a-48162409>> Acesso em 22 de maio de 2024.
- HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.
- HOOKS, Gregory; McLAUCHLAN, Gregory. The Institutional Foundation of Warmaking: Three Eras of U. S. Warmaking, 1939-1989. **Theory and Society**, Vol. 21, No. 6 (Dec., 1992), pp. 757-788;
- ESCOBAR, Pepe. **Qual é o modelo capitalista de hoje?** Youtube. 47s. 09/04/2024.
Disponível em: <<https://youtube.com/shorts/I-X-6 EQStA?si=N-LQTciSXJ4 Gtgi>>
Acesso em 14 de maio de 2024.
- FRIEDEN, Jeffry A. **Capitalismo global: História econômica e política do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2008. 573 p.
- JABBOUR, Elias GABRIELE, Alberto. **China: O socialismo no século XXI**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2021.
- GRANDIN, Greg. **Fordlândia: Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na selva**. Rio de Janeiro: Rocco. 2010. 397 p.
- HEILBRONER, Robert L. **A História do Pensamento Econômico**. Porto Alegre: Editora Nova Cultural, 1996. 314 p.
- LÊNIN, Vladimir I. O Imperialismo, etapa superior do capitalismo. Campinas: FE/UNICAMP/Navegando Publicações, 2011 [1916]. 270 p. Disponível em:
<<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>>
Acesso em 14 de maio de 2024.
- MAGNOTTA, Fernanda. Nos EUA, complexo industrial-militar se beneficia com a Guerra da Ucrânia. UOL. 22/05/2022. Disponível em:
<<https://noticias.uol.com.br/colunas/fernanda-magnotta/2022/05/07/nos-eua-complexo-industrial-militar-se-beneficia-com-a-guerra-da-ucrania.html>> Acesso em 23 de maio de 2024
- MATTOS, Maria de F. da S. C. G. de. O Sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. REVISTA D'OBRAS, v. 3, p. 96-103, 2009. Disponível em:
< <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/291>> Acesso em 14 de maio de 2024.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro I: o processo de produção do capital, Tomo 1. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996 [1867]. 496 p.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital, Tomo 2. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1867]. 306p.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich,; Manifesto comunista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005 [1848]. 254 p.
- PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p.
- PIKETTY, Thomas, SAES, Emmanuel. Desigualdade no Longo Prazo. In: MATTOS, Fernando A. M. HALLAK NETO, João, SILVEIRA, Fernando Gaiger. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2022. 486p.

- POLANYI, Karl. A Grande Transformação - as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 2000. 349 p.
- SAES, Flávio; SAES, Alexandre. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013, 646 p.
- SHELLEY, Mary. **Frankenstein ou o Prometeu moderno**. Tradução: Christina Schwartz. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras. 2015. Livro eletrônico. 424 p.
- SILVA, Michel G.. Frankenstein e as contradições da modernidade. Todas as Musas: Revista de Literatura e das Múltiplas Linguagens da Arte (Impresso), v. 19, p. 167-173, 2018. Disponível em: <https://www.todasasmusas.com.br/19Michel_Goulart.pdf> Acesso em 14 de maio de 2024.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol. 1 Tradução: Luiz João Baraúna. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.